

1 Ata da Sessão Plenária da 8ª Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Educação de Londrina -
2 CMEL, realizada às quatorze horas, do dia 09 (nove) de dezembro de dois mil e vinte, em ambiente
3 virtual no Google Meet. Com a presença dos(as) Conselheiros(as): Simone Cristina de Farias
4 Cavalin, Vania Isabeli Talarico Freitas da Costa, João Marcos Machuca de Lima, Jorge Antonio de
5 Andrade, Angela Pereira Teixeira Victoria Palma, Ana Cristina Pialarice Giordano, Alderi Luiz
6 Ferraresi, Ludmila Dimitrovicht, Maria Cristina Anzola Alexandre, Orlando Emílio de Freitas,
7 Cristina Aparecida Domingos Gerelus, Samara Clorinda Alves Nunes, Adriana Haruyoshi Biason,
8 Maria Antonia Fantaussi, Laura Simões Cunha, e constatada a veracidade do quórum, a presidente
9 Simone Cavalin declara aberta a reunião. **Expediente: 1. Leitura e aprovação da pauta:** A
10 presidente Simone Cavalin faz a leitura da pauta com o pedido de inclusão da CLN/CMEL na ordem
11 do dia: dos processos nº: 012/2019, 025 e 045/2020-CMEL, a qual foi aprovada por unanimidade
12 pelo Pleno. **2. Justificativas:** A presidente Simone Cavalin apresentou as justificativas dos(as)
13 conselheiros(as): Jaqueline Noemi Viana Fachinelli, Ana Flávia Moreira de Souza Maniaes, Maria
14 Antonia Fantaussi e Amélia Alonso Varotto, as quais foram aprovadas por unanimidade pelo Pleno.
15 **Informes gerais:** UNCME: encontro Nacional: a presidente Simone Cavalin informa que hoje é o
16 último dia para as inscrições do encontro Nacional da UNCME, o qual será on-line nos dias 10 e 11
17 de dezembro. Reforça o convite para participarem. **B. Ordem do dia: 1. Participação da secretária**
18 **Municipal de Educação, Sra. Maria Tereza Paschoal de Moraes:** a presidente Simone Cavalin
19 esclarece sobre a solicitação de pauta da SME para o CMEL e cede a palavra a secretária municipal
20 de educação, Sra. Maria Tereza. Maria Tereza, secretária de educação, agradece a oportunidade de
21 estar na reunião e relembra quando esteve em outra reunião do CMEL apresentando a situação de
22 regularização de unidades escolares da rede pública municipal, explica que algumas unidades não
23 foram finalizadas devido a pandemia que impediu vários procedimentos, mas que mesmo assim,
24 foram finalizados e encaminhados para regularização muitas unidades escolares, faz a apresentação
25 de uma planilha a qual irá disponibilizar ao CMEL posteriormente: a SME é responsável pela
26 regularização em relação aos procedimento de renovação de autorização de funcionamento de 120
27 unidades escolares da rede pública municipal; explica que foram realizados as seguintes ações: 1.724
28 pessoas formadas com curso da brigada de incêndio (brigadistas escolares), em 2017 somente 4
29 unidades escolas da rede pública municipal estavam regulares, encerra 2020 com 30 unidades
30 escolares da rede pública municipal certificadas com Corpo de Bombeiros, 15 unidades escolas da
31 rede pública municipal aguardando a visita do Corpo de Bombeiros, 15 unidades escolas da
32 rede pública municipal com pedidos que serão protocolados no Corpo de Bombeiros; explica que não
33 conseguiu atingir 100% de regularização das unidades escolares da rede pública municipal em razão
34 da pandemia, o setor de manutenção escolar precisou entregar cestas básicas diante da suspensão das
35 aulas presenciais, são entregues 12.600 cestas básicas todos os meses, mas hoje, 60 unidades escolas
36 da rede pública municipal estão regulares; continua apresentando os dados: está sendo elaborado PPI
37 em 8 unidades escolas da rede pública municipal, 106 unidades da rede pública municipal com
38 certificado de Vigilância Sanitária vigente, 8 pedidos de protocolo para visita do Órgão e somente 7
39 unidades escolares sem a licença da Vigilância Sanitária; apresenta o total de 60 unidades escolares
40 regularizadas. Maria Tereza, secretária de educação, explica ainda que o setor da SME de
41 documentação escolar referente às demandas de autorização e renovação de funcionamento está
42 passando por reestruturação para agilizar os processos, mas que há um atraso na apresentação dessa
43 documentação, em análise dos processos em trâmite percebeu-se a necessidade de aprimorar os
44 trabalhos quanto ao trâmite dos processos na SME, estão analisando a possibilidade de novos
45 procedimentos no intuito de desburocratizar o trâmite desses processos e propor ao CMEL processos
46 mais inteligentes garantindo a acessibilidade a todos gestores, a exemplo do que acontece no Estado
47 do Paraná, solicita o prazo de mais um ano para terminar a regularização das unidades escolares da
48 rede pública municipal e justifica que a pandemia prejudicou os trabalhos, e também que irá propor
49 novas ações para revisão da Deliberação nº 02/2016-CMEL e assim aprimorar o trâmite dos

50 processos buscando a desburocratização e a implementação de processo eletrônico. O conselheiro
51 João Marcos agradeceu os esclarecimentos prestados a este Conselho e questiona sobre o resumo
52 apresentado de adequações com relação ao Certificado de Corpo de Bombeiros de algumas unidades
53 escolares que não obtiverem essa certificação, quanto aos dados quantitativos. Maria Tereza,
54 secretária de educação, esclarece que 30 unidades escolares da rede pública municipal já estão
55 finalizadas e regulares, outras 30 estão aguardando a visita do Corpo de Bombeiros e 8 unidades em
56 elaboração PPI, as demais não entraram no projeto porque a unidade escolar precisa adequar outras
57 documentações, e que por isso solicita ampliação do prazo para as adequações. Esclarecimentos. O
58 conselheiro Alderi cumprimenta a participação da Sra. Maria Tereza e coloca ser importante o já
59 realizado quanto a regularização das unidades escolares da rede pública municipal, relata sua
60 preocupação quanto o longo trâmite de processos para a emissão de atos regulatórios na SME, e
61 relata que o SINEPE estará acompanhando e oferecendo assessoria a unidades escolares particulares
62 associadas ao SINEPE para melhorar esses trâmites. A conselheira Ludmila complementa a fala de
63 Maria Tereza (secretária de educação) quanto ao que se pensa em relação a transparência, considera
64 necessário buscar um sistema eletrônico para melhorar o andamento dos processos e também a
65 análise dos mesmos, e solicita que o CMEL participe da elaboração de um fluxo de processo
66 sistematizado e assim sanar dificuldades e desburocratizando os processos, coloca-se a disposição do
67 SINEPE para apoiar todas as unidades escolares pertencentes ao Sistema Municipal de Ensino de
68 Londrina para aprimorar esses trâmites processuais. O conselheiro João Marcos relata que já apontou
69 na CLN/CMEL a necessidade urgente de promover uma campanha de orientações às unidades
70 escolares do Sistema Municipal de Educação de Londrina (SMEL) quanto a manutenção de
71 documentação em dia, não só no período de renovação de autorização de funcionamento. Maria
72 Tereza, secretária de educação, quanto a fala do conselheiro Alderi, relata que também se preocupa
73 com a situação de irregularidade das unidades escolares da rede pública municipal e considera
74 importante a assessoria que o SINEPE irá promover às unidades da rede particular, e sugere a análise
75 técnica do SINEPE para verificar os procedimentos que são adotados hoje por meio da Deliberação
76 nº 02/2016-CMEL e, assim, também propor melhorias; coloca a SME a disposição para todas as
77 ações necessárias. A presidente Simone Cavalin esclarece que a Deliberação nº 02/2016-CMEL foi
78 construída em parceria com a SME de acordo como era realizado os trâmites para os processos de
79 emissão de atos regulatórios, e entende a necessidade de disponibilizar os processos em meio digital
80 para melhorar os trâmites processuais; espera que a implementação de processo digital possa
81 realmente melhorar e agilizar todo o processo; aponta que com a mobilização realizada pelo CMEL
82 juntamente com a SME logo após a publicação da Deliberação nº 02/2016-CMEL já houve grandes
83 avanços, mas sempre é possível avançar e adequar a realidade. O conselheiro Jorge faz considerações
84 sobre as ações que estão sendo realizadas e considera importante os esforços para melhorar a
85 qualidade da educação, mas entende que cada gestor seja responsável pelas suas unidades escolares.
86 Maria Tereza, secretária de educação, entende que nesse momento os gestores não podem ser
87 responsabilizados, mas que após a reorganização do setor da SME, que agora estará sob a
88 responsabilidade da servidora e também conselheira Ludmila, a reorganização dos trâmites
89 processuais, acredita que todas as unidades ficarão regularizadas. A presidente Simone Cavalin
90 questiona se o Pleno está esclarecido; não havendo mais questionamentos, agradece a participação da
91 Secretária Municipal de Educação e encerra sua participação. Maria Tereza, secretária de educação,
92 agradece a todo Colegiado pelos trabalhos realizados e orientações ao Sistema Municipal de Ensino
93 de Londrina quanto a reorganização das escolas nesse momento de pandemia e deseja um Feliz Natal
94 e Bom Ano Novo à todos. A presidente Simone Cavalin sugere como encaminhamento prorrogar
95 mais um ano a regularização das unidades escolares condicionado a um breve relatório descritivo da
96 situação atual de cada unidade escolar. O conselheiro Alderi sugeriu também uma prestação de
97 contas mensal da SME ao CMEL nas reuniões ordinárias, uma planilha numérica. A conselheira
98 Adriana questiona se pode ser uma planilha semelhante a dos planos de atendimento individual. O
99 conselheiro Alderi concorda. A conselheira Maria Cristina coloca que nesse modelo seria possível
100 atualizar e disponibilizar a todos para acompanhamento. A conselheira Angela sugere que a prestação
101 de contas seja realizada trimestralmente. A presidente Simone Cavalin coloca que com o acesso a

102 planilha a prestação de contas presencial poderia ser solicitada quando for necessário maiores
103 esclarecimentos. Debates. A conselheira Maria Cristina cede sua palavra a representante da SME
104 com aceitação do Pleno, para Rosana Daliner (SME-AA). Rosana Daliner, SME-AA, coloca sua
105 preocupação quanto ao relatório que está sendo proposto diante do fluxo de análise e a necessidade
106 de adequações das unidades escolares e como será o preenchimento desse documento. Debates. Após
107 esclarecimentos, a presidente Simone Cavalin propõe o encaminhamento: autorizar a prorrogação de
108 prazo de mais um ano, de 01 de janeiro até 31 de dezembro de 2021 para a SME apresentar a
109 regularização das unidades escolares da rede municipal de ensino, e um link permanente de planilhas
110 com dados dos encaminhamentos que estão sendo realizados pela SME, sendo o encaminhamento
111 aprovado por unanimidade pelo Pleno. **2. Relatoria de Processos: 2.1 Processo nº: 062/2020,**
112 Interessado: SME, Assunto: Solicitação de validação das atividades escolares não presenciais da
113 Educação Infantil da Escola Every – Educação Infantil e Ensino Fundamental, em atendimento às
114 Deliberações nº: 01 e 02/2020-CMEL, sendo aprovado por unanimidade pelo Pleno o voto dos
115 relatores. **2.2 Processo nº: 063/2020,** Interessado: SME, Assunto: Solicitação de validação das
116 atividades escolares não presenciais do Centro de Educação Infantil Gênios, em atendimento as
117 Deliberações nº: 01 e 02/2020-CMEL, sendo aprovado por unanimidade pelo Pleno o voto dos
118 relatores. **2.3 Processo nº: 025/2020,** Interessado: SME, Assunto: Credenciamento e Renovação de
119 Autorização de Funcionamento do Centro de Educação Infantil Cebolinha, sendo aprovado por
120 unanimidade pelo Pleno o voto dos relatores. **2.4 Processo nº: 045/2020,** Interessado: SME, Assunto:
121 Renovação de Autorização de Funcionamento do Centro de Educação Infantil Espaço Kids, sendo
122 aprovado por unanimidade pelo Pleno o voto dos relatores. **2.5 Processo nº: 012/2019,** Interessado:
123 SME, Assunto: Pedido de recurso do Centro de Educação Infantil Base Fundamental, sendo aprovado
124 por unanimidade pelo Pleno o voto dos relatores. **3. Câmara Temporária: 2.1 Planos de**
125 **atendimento individual: análises e encaminhamentos:** a conselheira Adriana Biason faz um relato
126 sobre o trabalho da Câmara Temporária na análise dos referidos planos; relata sobre os planos de
127 atendimento individual apresentados pelas unidades escolares da rede particular e sobre a
128 necessidade de adequação de algumas unidades. **Após as análises foram aprovados pela Câmara**
129 **Temporária os planos de atendimento individual para Educação Infantil das escolas da rede**
130 **particular** pertencentes ao Sistema Municipal de Ensino de Londrina, como segue: CEI Espaço
131 Livre, CEI Grilo Falante, CEI Meu Chocolate, Educacional MAF, CEI Evolutiva, Escola Apoena,
132 CEI Criart, sendo aprovados pelo Pleno por unanimidade. **4. Câmara de Educação Básica:** a
133 conselheira Ludmila apresenta as discussões realizadas na CEB/CMEL quanto: 1. análise do ofício nº
134 1673/2020-GAB/SME que trata da solicitação do pedido da EJA de implementar essa modalidade em
135 3 etapas excepcionalmente para esse momento de pandemia somente para alunos já matriculados,
136 sendo aprovado pela CEB/CMEL; 2. Análise ofício 1675/2020-SME, que solicita a aprovação do
137 calendário escolar para o ano de 2021, sendo aprovado pela CEB/CMEL; 3. Pedido da Câmara
138 Municipal de Londrina de análise e manifestação do PL 141/2020, pedido de prorrogação de prazo,
139 por 60 dias, para melhor análise. A presidente Simone Cavalin coloca em votação as deliberações da
140 CEB/CMEL, as quais foram aprovadas por unanimidade pelo Pleno. A conselheira Ludmila solicita a
141 indicação de um relator da CLN/CMEL para trabalhar juntamente com a relatora da CEB/CMEL,
142 Amélia, na análise o PL nº 141/2020 devido ao número reduzido de membros na referida Câmara. A
143 conselheira Maria Cristina se coloca a disposição para essa relatoria, o que foi aprovado por
144 unanimidade pelo Pleno. **5. Análise programa anual de trabalho do CMEL para 2021:** O
145 conselheiro João Marcos colocou que a programa anual está sendo analisado pela CLN/CMEL e será
146 apresentado na primeira reunião ordinária do ano de 2021, solicita apenas análise e manifestação do
147 Pleno quanto a organização do calendário de reuniões; propõe que as reuniões das Sessões Plenárias
148 calendarizadas sejam realizadas as quartas-feiras no período noturno, as reuniões da CLN/CMEL
149 sejam realizadas as quartas-feiras anterior as reuniões calendarizadas do Pleno. A CEB/CMEL sugere
150 que suas reuniões sejam às quintas-feiras no período da manhã, anterior a reunião do Pleno, as
151 reuniões da CT/CMEL serão calendarizadas posteriormente conforme análise de demanda. Fica
152 aprovado o calendário de reuniões de Câmaras do Conselho, e das Sessões Plenárias Ordinárias do
153 CMEL para 2021 como segue: 24 de fevereiro, 17 de março, 14 de abril, 12 de maio, 16 de junho, 07

154 de julho, 18 de agosto, 15 de setembro, 20 de outubro, 17 de novembro e 8 de dezembro, o que foi
155 aprovado por unanimidade pelo Pleno. **6. Ofício nº 1636/2020 - GAB/SME: resposta ao CMEL**
156 **sobre autorização a conselheiros para dirigir carro oficial:** a presidente Simone Cavalin faz um
157 breve relato da solicitação feita pelo CMEL e questiona se todos leram o referido ofício e se há
158 alguma dúvida. Debates. O conselheiro João Marcos solicita que não foi contemplado no ofício
159 emitido pelo CMEL sua solicitação quanto a justificativa da tema em tela, desta forma solicita que
160 seja encaminhado novo ofício nos termos: Solicitação para utilização do veículo cedido ao CMEL,
161 uma vez que a CLN demanda da realização de visitas às unidades escolares. Considerando as
162 restrições para utilização do veículo por apenas duas pessoas, sendo que as visitas normalmente são
163 duplas. Apenas conselheiros fariam uso do carro, e não assessoria. Considerando ainda, que na CLN
164 não dispomos apenas de membros servidores, e que ainda os que compõem possuem condições que
165 impedem que dirijam o veículo, inviabilizam os trabalhos. A conselheira Ludmila sugere acrescentar
166 pedido de parecer da Procuradoria Municipal sobre a possibilidade de conselheiros(as) não
167 servidores públicos municipais dirigirem o veículo. A conselheira Angela sugere que seja descrito o
168 processo de eleição e nomeação do Colegiado por decreto municipal, para justificar essa solicitação
169 do CMEL. A presidente Simone Cavalin coloca em votação novo encaminhamento a SME, o que foi
170 aprovado por unanimidade pelo Pleno. Em seguida, a presidente Simone Cavalin coloca em votação
171 as sugestões de teor apresentadas pelos conselheiros(as) Joao Marcos, Ludmila e Angela, sendo
172 aprovadas por unanimidade pelo Pleno. Fica designado o conselheiro João Marcos como relator do
173 novo ofício de solicitação à SME. **7. Leitura e aprovação da ata da reunião:** a presidente Simone
174 Cavalin faz a leitura da presente Ata e coloca em votação, a qual foi aprovada por unanimidade pelo
175 Pleno. Nada mais havendo ser tratado, a sessão plenária foi encerrada, com a presente ata lavrada e
176 assinada por mim, Fernanda Tedeschi, diretora executiva do CMEL, e Ana Cristina Pialarice
177 Giordano, 1º secretária da mesa diretora do CMEL e demais conselheiros(as) conforme lista de
178 presença.